



**Ex.mo Senhor
Presidente da Câmara Municipal da Maia**

OBRAS INACABADAS

REQUERENTE

Nome/Designação			
Domicílio/Sede			
Freguesia /União			
Código Postal	Concelho		
NIF	N.º ID Civil	Válido até	
Código da Certidão Comercial Permanente			
Telefone	Telemóvel		
E-mail			
Na qualidade de:	<input type="checkbox"/> Proprietário	<input type="checkbox"/> Locatário	<input type="checkbox"/> Arrendatário
	<input type="checkbox"/> Interessado	<input type="checkbox"/> Outro:	

REPRESENTANTE

Nome			
Domicílio			
Freguesia /União			
Código Postal	Concelho		
NIF	N.º ID Civil	Válido até	
Telefone	Telemóvel		
E-mail			
Na qualidade de:	<input type="checkbox"/> Mandatário	<input type="checkbox"/> Sócio-Gerente	<input type="checkbox"/> Administrador
	<input type="checkbox"/> Outro:		

MEIO DE NOTIFICAÇÃO

Endereço eletrónico para o envio de notificações relativas a este processo:

E-mail

PEDIDO

Em conformidade com o disposto no artigo 88.º do RJUE - Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, vem requerer a V. Exa. concessão de licença especial para conclusão de obras inacabadas, relativas ao prédio a seguir identificado:

PROCESSO N.º

Local			
Freguesia /União	Código Postal	Localidade	
Código da Certidão Predial Permanente	Área total (m ²)		
N.º Registo da Conservatória	Data do Registo		
N.º da Matriz	Tipo de Matriz		

FUNDAMENTAÇÃO (campo de preenchimento obrigatório):

DESCRÍÇÃO DO PEDIDO **Licença especial para conclusão de obras inacabadas**

Declaro ter conhecimento que a licença especial para conclusão de obras tem um carácter de exceção e poderá ser concedida por uma única vez.

Título inicial n.º: _____ datado de: _____ vigente até: _____

Prorrogação por período de: _____ (meses)

Ao abrigo do disposto no artigo 60.º, conjugado o disposto no artigo 88.º e artigo 27.º do RJUE, solicita ainda o licenciamento do aditamento abaixo identificado:

Aditamento registado sob o n.º: _____

DOCUMENTOS INSTRUTÓRIOS

O pedido deve ser instruído com os elementos abaixo indicados:

- Certidão de teor com descrição e a inscrição predial na Conservatória do Registo Predial referente ao prédio ou prédios abrangidos, e quando omissos, a respetiva certidão negativa do registo predial
- Documentos comprovativos, se aplicável, da faculdade de realização da operação ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação
- Certidão da Conservatória do Registo Comercial, se aplicável, caso o requerente e/ou seu representante seja pessoa coletiva
- Fotografias justificativas do pedido (obrigatória a sua apresentação)

TOMEI CONHECIMENTO

- a. O Município da Maia utiliza os seus dados pessoais para dar resposta aos seus pedidos, instrução dos seus processos, prestar informação sobre assuntos da autarquia e para fins estatísticos. Para mais informações sobre as práticas de privacidade do Município da Maia, consulte o nosso site ou envie um e-mail para responsavel.dados@cm-maia.pt.
- b. De acordo com o entendimento da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos os documentos apresentados no âmbito do presente processo são documentos administrativos, pelo que o Município estará obrigado a garantir o seu acesso integral a todos aqueles que o solicitem.
- c. As respostas aos dados integrantes no presente requerimento são de preenchimento obrigatório sob pena de indeferimento do pedido
- d. Os dados disponibilizados podem ser acedidos e alterados pelo requerente.
- e. Declaro, sob compromisso de honra e estando consciente de incorrer em eventual responsabilidade penal caso preste falsas declarações, que os dados constantes do presente requerimento correspondem à verdade.
- f. Declaro cumprir os demais deveres de que seja incumbido por lei, designadamente pelo RJUE e respetivas portarias regulamentares, bem como as demais normas legais e regulamentares em vigor.
- g. Os técnicos e pessoas a quem seja aplicável a Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, republicada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, e subsequentes alterações, deveram manter todos os seguros obrigatórios válidos, sob pena de a Câmara Municipal determinar a suspensão da execução da obra, sob as cominações legais, até à comprovação da regularização da situação.

PEDE DEFERIMENTO

Assinatura

Data